

EDUCAÇÃO

Reforma do 2º grau começa a ser discutida em Brasília

O Conselho Nacional de Educação (CNE) começa amanhã a definir a reforma do ensino médio do país. Diversas entidades debaterão, em Brasília, a proposta do Ministério da Educação (MEC), que prevê um currículo flexível, baseado em áreas de conhecimento, e não mais em disciplinas rígidas. A reforma do 2º grau, entretanto, não deverá ser aplicada no próximo ano letivo, como previa o ministro Paulo Renato Souza.

"Ainda estamos discutindo a proposta, e o ano que vem deverá ser de adaptação das escolas para a introdução do novo sistema", adiantou a relatora da proposta no CNE, Guiomar Namo de Melo. A proposta de reforma do MEC segue as determinações da Lei de (LDB), que estipula a necessidade de 800 horas/aula em 200 dias letivos. A LDB abre um leque de opções para as escolas, que podem aplicar o ensino em módulos ou ciclos, por exemplo.

A proposta é de um currículo organizado em três áreas básicas de conhecimento: códigos e linguagens (na qual entram as disciplinas tradicionais, entre elas língua portuguesa e matemática, e outras formas de linguagem, como artes, música e informática, por exemplo), cultura e sociedade (que envolve história, geografia, sociologia e filosofia) e ciências e tecnologia, abordando física, química e biologia. Do total das horas/aula, 25% deverão ser destinados à parte diversificada.

O CNE terá o papel de orientar a consolidação do currículo, visando a integração entre as diferentes matérias, a relação entre a formação geral do aluno e a formação profissional e a necessidade de gestão escolar para aplicação eficiente dos projetos pedagógicos. O objetivo final é reverter os índices negativos do ensino médio. A taxa de reprovação hoje na 1ª série do 2º grau ainda é de 45%, e as taxas de abandono são elevadas.

AVALIAÇÃO

Também amanhã, 659 mil alunos do 3º ano do 2º grau de nove estados, incluindo São Paulo, estarão realizando provas para a avaliação das escolas. A partir do retrato das instituições, serão obtidos subsídios para a melhoria do ensino. "Estamos entrando para um processo de reforma do 2º grau e é importante diagnosticar os problemas", explicou a presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do ministério, Maria Helena de Castro.

A partir da próxima segunda-feira, o MEC começará a discutir o Plano Nacional de Educação, no qual estarão reunidas metas para os próximos dez anos de todos os níveis de ensino, desde a educação infantil à superior. Até o dia 23 de dezembro, o ministério deverá enviar ao Congresso uma proposta de projeto de lei do plano, obedecendo ao que determina a LDB.

Entre as metas, está incluída a elevação de 68% para 70% no percentual de crianças que concluem o ensino fundamental. As crianças deverão concluir as oito séries do 1º grau em, no máximo, nove anos. Hoje, elas levam até 11,2 anos para concluir o curso, em razão da repetência.